

WEATHERING RISK

NOTA PRÁTICA

Harmonizando
biodiversidade e ação
climática sob uma visão
de paz para a América
Latina e o Caribe

Héctor Camilo Morales Muñoz
Laís Clemente Pereira

Dezembro 2024



AUTORES

Héctor Morales Muñoz,
Laís Clemente Pereira

TRADUÇÃO

Maria Heloisa Alves de Moraes

LAYOUT

Odile Stabon

CITAÇÃO SUGERIDA

Morales Muñoz, Héctor; Clemente Pereira, Laís (2024) Harmonizando a biodiversidade e a ação climática com uma perspectiva de paz na América Latina e no Caribe. Berlim: adelphi global (gGmbH).

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nosso sincero agradecimento aos ilustres participantes de diversos países da região e setores que representam a biodiversidade, o clima, a paz e a segurança. Esses participantes incluem representantes de comunidades de base, sociedade civil, academia, governos nacionais, organizações internacionais, multilaterais, financeiras e de desenvolvimento, cujas inestimáveis contribuições enriqueceram significativamente este documento. As percepções apresentadas refletem a sabedoria coletiva compartilhada durante a Conferência de Berlim sobre Clima e Segurança em Cali (BCS-C-Cali). As contribuições incluem: Carlos Gabriel Ruiz Massieu Aguirre, Chefe da Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia, sobre as lições da Missão; Mónica Amador-Jimenez, Assessora do Ministério do Meio Ambiente, Colômbia, sobre iniciativas multilaterais para a “paz com a natureza”; Joseph Ronald Toussaint, Chefe de Gabinete do Ministério do Meio Ambiente, Haiti, sobre segurança climática e conservação para estabilização; Johanna Durán Gómez, Diretora da Fundación Mujer y Futuro, sobre o reconhecimento do papel das mulheres no cuidado com a natureza e com as pessoas; Giovanna Kuele, Gerente de Programas, Instituto Igarapé, sobre o Brasil como um ator chave na segurança climática; e Julia Gorricho, Coordenadora de Programas, Blue Action Fund, sobre os parceiros de desenvolvimento como impulsionadores da conservação da biodiversidade por meio de uma perspectiva de paz. Agradecemos imensamente a todos os colaboradores por sua dedicação e compromisso com o avanço do diálogo e ação na área de segurança climática.

APOIO



ESTA PUBLICAÇÃO É RESULTADO DE



PUBLICADO POR

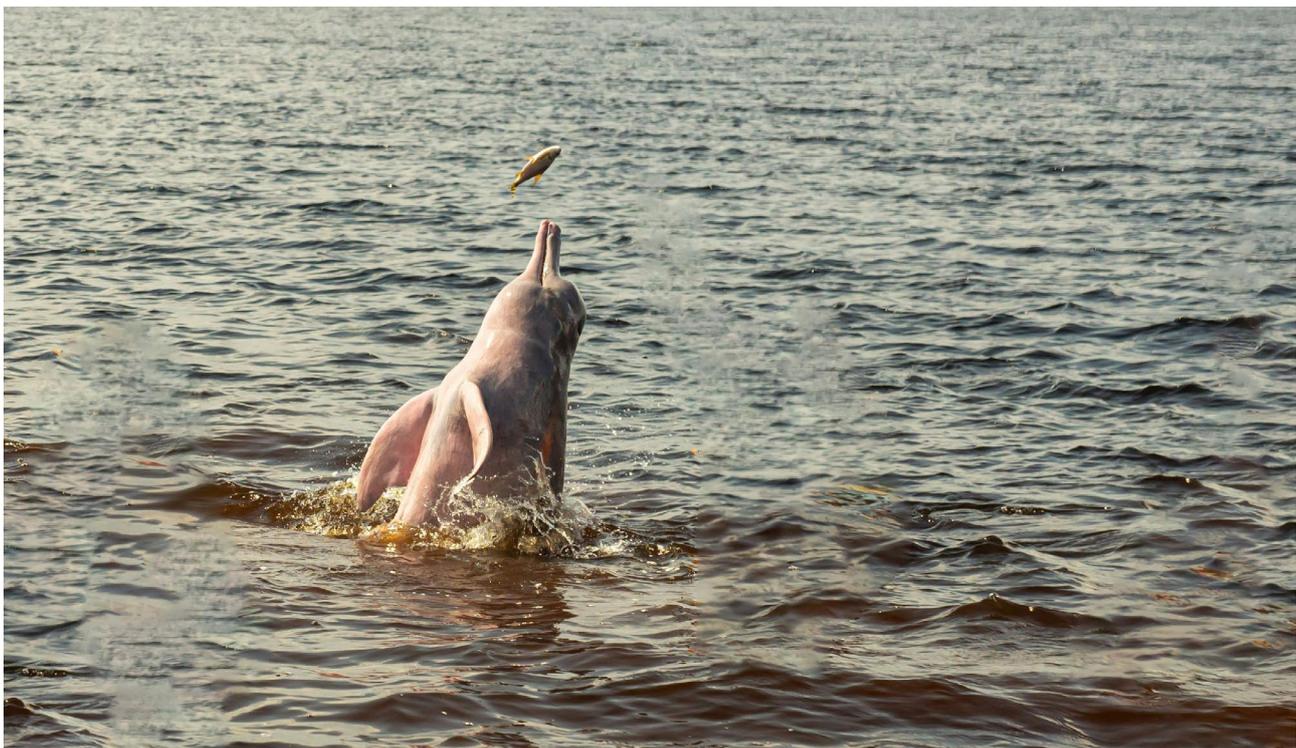
adelphi global gemeinnützige GmbH
Alt-Moabit 91
10559 Berlim
+49 (030) 8900068-0
office@adelphi-global.de
www.adelphi-global.de

DISCLAIMER

Para os textos desta publicação, a adelphi global concede uma licença sob os termos da Creative Commons Attribution No Derivatives 4.0 International. Você pode reproduzir e compartilhar o material licenciado se citar a adelphi global da seguinte forma: ‘© adelphi global gGmbH, CC BY ND 4.0’. Fotografias e gráficos não são cobertos por esta licença. Em caso de dúvida, entre em contato com a adelphi global antes de reutilizar o material.

Índice

Contexto	4	Prioridades da América Latina para a ação em CPS e conservação da biodiversidade	8
Principais conclusões	5		
Iniciativas multilaterais para um entendimento conjunto de “paz com a natureza”	5	Crimes ambientais e desmatamento	8
A importância da coordenação a nível regional	6	Redução do Risco de Desastres, preparação e resiliência	9
Aprendizagens da Missão de Verificação da ONU na Colômbia	6	O potencial da paz na conservação	9
Brasil: um ator chave na segurança climática	7	Transição econômica pacífica e inclusiva	10
Ações de proteção climática e preservação como ferramentas de estabilização no Haiti	7	Migração e segurança climática nas cidades	11
Reconhecendo o papel das mulheres no cuidado com a natureza e das pessoas	8	Próximos passos	11
Parceiros de desenvolvimento (financiadores) como motores da conservação da biodiversidade com uma perspectiva de paz	8		



Boto Boto-cor-de-rosa em Novo Airão, Brasil. © Lucia Barreiros Silva/pexels

Contexto

O aquecimento global e a deterioração do meio ambiente representam grandes obstáculos à segurança humana e à paz na América Latina e no Caribe (ALC). Esses operam por meio de [rotas interligadas nas áreas ambientais, sociais e econômicas](#). As consequências climáticas que se intensificam, tais como furacões, secas e inundações, intensificam as tensões sociais em toda a região. Na Amazônia, o desmatamento e o crime organizado criam um [ciclo de vulnerabilidade, má adaptação e criminalidade](#). O aquecimento global e a deterioração dos ecossistemas prejudica a produção de umidade na Amazônia e o ciclo da água nos Andes, aumentando a insegurança em relação à disponibilidade de água nas áreas urbanas. A migração impulsionada pelo clima sobrecarrega os recursos em cidades já sobrecarregadas, alimentando a violência urbana. Ademais, a disputa por território, recursos hídricos e royalties nas [indústrias de extração tradicionais e emergentes, como as de minerais estratégicos](#), intensifica as disputas. Essas dinâmicas destacam a urgência de estratégias para enfrentar os desafios de segurança climática na ALC.

A preservação da biodiversidade é fundamental para lidar com esses desafios. A América Latina e o Caribe são uma das áreas mais ricas em biodiversidade do planeta, abrigando ecossistemas como a floresta amazônica, a Cordilheira dos Andes, os *páramos*¹ e o Pantanal. Esses ecossistemas oferecem serviços essenciais como o sequestro de carbono, a produção de água e benefícios para a saúde. No entanto, esses ecossistemas enfrentam crescentes ameaças de desmatamento, mineração ilegal e tráfico de drogas. Tais crimes aceleram a perda de biodiversidade e minam o papel desses ecossistemas como sumidouros globais de carbono. Ao unir a preservação da biodiversidade aos esforços de segurança climática sob uma visão centrada na paz, a ALC tem a capacidade de lidar com esses desafios interconectados, favorecendo a região e o planeta.

Com o intuito de promover soluções envolvendo atores locais, a Adelphi e o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha organizaram uma edição regional da Conferência de Clima e Segurança de Berlim (BCSC) no dia 24 de outubro de 2024, na cidade de Cali, Colômbia. BCSC é o encontro anual da comunidade que trabalha em agendas relacionadas à clima e segurança. Desde a sua primeira edição em 2019, a BCSC estabeleceu-se como o ponto de encontro mundial que une governos, entidades internacionais, especialistas e profissionais. A conferência auxilia na definição da agenda para importantes encontros internacionais, tais como as Conferências das Partes (COPs) sobre mudanças climáticas, degradação do solo e desertificação, e sobre biodiversidade. A organização estratégica do BCSC-Cali durante a COP 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) na Colômbia teve como objetivo informar as discussões sobre a integração das agendas de segurança climática e biodiversidade.

A [BCSC-Cali](#) reuniu mais de 50 representantes e especialistas dos governos da ALC, incluindo 41 diferentes organizações da sociedade civil, academia e entidades doadoras, para debater como os riscos climáticos regionais podem ser enfrentados através de uma abordagem de construção da paz alinhada com a biodiversidade e as metas do clima, tratando de tópicos como a diminuição de desastres, a segurança urbana baseada na natureza, a segurança hídrica e alimentar, e a prevenção de crimes ambientais. Esta Nota Prática sintetiza as discussões ocorridas na BCSC-Cali, abordando os pontos principais e as áreas prioritárias de ação para as diversas partes envolvidas. Também detalha as próximas ações práticas necessárias para prosseguir com esses esforços.

1 Páramos são ecossistemas de alta altitude localizados principalmente na região norte dos Andes. Esses ecossistemas são caracterizados por flora e fauna únicas e adaptadas a climas frios e úmidos. Essas regiões biodiversas têm um papel fundamental na regulação da água e no armazenamento de carbono.



Lançamento da Coalizão Global pela Paz com a Natureza na Conferência de Biodiversidade da ONU (COP 16) em Cali, Colômbia.
© Héctor Camilo Morales Muñoz (adelphi global)

Principais conclusões

Iniciativas multilaterais para um entendimento conjunto de “paz com a natureza”

Para enfrentar os desafios da conservação da biodiversidade e da segurança climática, é necessário um entendimento conjunto das questões em pauta e uma troca de melhores práticas e lições aprendidas em escala global. A [Coalizão Mundial pela Paz com a Natureza](#) e a [Iniciativa Clima pela Paz \(C4P\)](#) são iniciativas importantes nessa direção. A primeira é uma declaração de princípios na qual os países signatários reconhecem a função do cenário político na promoção da paz por meio de soluções baseadas na natureza. Lançada na COP 16, a coalizão destaca o papel das salvaguardas da biodiversidade nas negociações de paz e as medidas multilaterais necessárias para combater crimes ambientais. Além disso, reconhece que as relações socioambientais variam entre as populações e que respeitar as cosmologias, práticas bioculturais e estilos de vida dos povos indígenas, comunidades de ascendência africana e população rural é fundamental para um futuro equitativo, pacífico e sustentável.

A Coalizão Mundial pela Paz com a Natureza está fortemente alinhada aos princípios de iniciativas já existentes, como a Iniciativa C4P. Liderada pela Alemanha e pelo Grupo dos Sete (G7), e apoiada pela adelphi em sua competência de secretariado, a C4P destaca a união entre segurança climática, sustentabilidade ambiental e construção de paz, com ênfase na aplicação prática. Lançada em 2022, durante a Conferência de Clima e Segurança de Berlim (BCSC) daquele ano, a iniciativa baseia-se na “Declaração de Haia sobre Segurança Planetária”, no “Apelo de Berlim para Ação sobre Clima e Segurança” e no trabalho do Grupo de Amigos da ONU sobre Clima e Segurança. O C4P facilita a troca de melhores práticas e lições aprendidas a partir de projetos internacionais, regionais e locais liderados por seus mais de 25 países membros. Juntas, essas iniciativas multilaterais refletem um consenso crescente global entre os governos de que enfrentar os desafios ambientais é crucial para alcançar uma paz duradoura.

A importância da coordenação a nível regional

A cooperação regional desempenha um papel fundamental na abordagem dos desafios interconectados das mudanças climáticas, perda de biodiversidade, disparidades socioeconômicas e conflitos. Os perigos da insegurança climática e a degradação dos ecossistemas não respeitam fronteiras: portanto, uma abordagem cooperativa dentro da região é vital não apenas para responder às crises atuais, mas também para promover investimentos em prevenção para garantir paz e benefícios econômicos compartilhados. Integrar políticas de clima, segurança e paz que transcendam as fronteiras nacionais pode permitir o compartilhamento de recursos, conhecimentos e melhores práticas.

A região está realizando esforços multilaterais para reforçar a governança e lidar diretamente com os desafios ambientais transnacionais. Instituições-chave como a [Organização do Tratado de Cooperação Amazônica \(OTCA\)](#) desempenham um papel crucial na promoção da colaboração entre os países membros; no entanto, devem ir além de seu papel tradicional de convocação para implementar medidas acionáveis e impactantes no terreno. Por exemplo, as cidades amazônicas, que estão na linha de frente da degradação ambiental, vulnerabilidades sociais e crime transnacional, requerem uma resposta robusta que combine segurança, preservação dos ecossistemas e desenvolvimento sustentável que reduza a dependência de práticas não sustentáveis. Isso requer vontade política e compromissos orçamentários dos parceiros internacionais de desenvolvimento de outras regiões.

Da mesma forma, o [Acuerdo de Escazú](#), o primeiro tratado ambiental juridicamente vinculativo na América Latina e no Caribe, assegura o acesso público à informação ambiental, promove a tomada de decisões participativa e fornece proteções cruciais para os defensores ambientais, mas requer uma programação mais integrada no terreno. Ao mesmo tempo, investimentos em tecnologia, como sistemas de monitoramento em tempo real, e a ampliação de iniciativas, como a [Nature Crime Alliance](#), com o apoio de entidades como UNODC, WRI, Amazon Conservation e Interpol, são uma forma de fomentar a ação colaborativa no combate ao desmatamento ilegal, mineração e tráfico de animais silvestres através do aumento da vontade política e capacidade técnica. Finalmente, plataformas como os [Fóruns Regionais da UNFCCC](#) têm um grande potencial para demonstrar como a coordenação regional pode alinhar os compromissos nacionais com os objetivos climáticos globais, com foco na redução de emissões, integração da biodiversidade e estratégias de adaptação. Por exemplo, a [previsão integrada](#) e as estratégias unificadas de adaptação climática são ferramentas cruciais para combater ameaças comuns, como a degradação dos ecossistemas e as pressões migratórias.

Aprendizagens da Missão de Verificação da ONU na Colômbia

Desde 2017, a Missão de Verificação da ONU na Colômbia (UNVIC) acumulou lições valiosas acerca da intersecção entre segurança climática, biodiversidade e conflito. Essas lições evidenciam a capacidade da região de aplicar medidas de biodiversidade e clima para fomentar a estabilidade, mesmo em cenários impactados por conflitos.

- **A integração do foco ambiental nos acordos de paz**

O acordo de paz colombiano abrange um conjunto de medidas para o acesso equitativo à terra, mecanismos de desenvolvimento rural sustentável e planos nacionais de zoneamento ambiental, que promovem o uso de cada território de acordo com suas características ecológicas. Ao reconhecer a natureza como vítima do conflito, o acordo de paz colombiano oferece lições valiosas para incorporar considerações ambientais na transformação de territórios afetados pelo conflito. A implementação do acordo inclui componentes para reparar os danos ambientais causados pelo conflito dentro de seu mecanismo de justiça de transição, que por sua vez possibilitam processos de reconciliação e inclusão socioeconômica das populações vulneráveis. Esses elementos demonstram a relevância que as considerações ambientais têm para a construção da coesão social e da prosperidade econômica em contextos pós-conflito e além.

- **Reforçar a governança local e o envolvimento das comunidades afetadas**

Empoderar os atores locais, particularmente as comunidades indígenas, afro e de agricultores, é fundamental para a construção de uma paz sustentável. Esses grupos desempenham um papel crucial na gestão de recursos naturais e na resolução de conflitos relacionados à terra e à água. Abordagens inclusivas e

participativas podem não apenas promover a equidade, mas também reconhecer a importância do conhecimento tradicional na conservação ambiental e fortalecer a legitimidade das intervenções. Muitos conflitos ambientais de baixa intensidade presentes na região poderiam encontrar uma solução ao fomentar estruturas de governança local e apoiar a resiliência das comunidades locais.

Brasil: um ator chave na segurança climática

O Brasil é um ator chave na segurança climática e na proteção ambiental devido à sua biodiversidade, ao serviço que seus ecossistemas prestam na regulação do clima e ao importante papel do país nas negociações climáticas internacionais. A política externa brasileira tradicionalmente evitou envolver-se com a segurança climática pelo receio de securitizar as questões ambientais. O país prefere olhar para as questões ambientais através de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Esse foco tem seus méritos, pois visa garantir a soberania sobre o território nacional do Brasil, considerando especialmente a importância estratégica da Amazônia para muitas nações desenvolvidas. No entanto, a perda de biodiversidade, as mudanças climáticas e seus efeitos em cascata são cada vez mais reconhecidos como ameaças à segurança, tanto no âmbito doméstico quanto regional, exigindo abordagens integradas. A maior nação da América do Sul está lidando com conflitos de terra e água que são exacerbados pelas mudanças climáticas e estão conectados com uma violência mais ampla, frequentemente impulsionada pelo desmatamento ilegal, mineração, grilagem de terras e exploração madeireira. Esses crimes ameaçam a conservação da biodiversidade e colocam em risco as comunidades indígenas, afro-brasileiras (quilombolas) e os defensores ambientais. Para enfrentar esses desafios e melhorar a eficácia das intervenções atuais, é do interesse tanto do Brasil quanto da região da ALC integrar abordagens sobre clima, paz, segurança e proteção ambiental. Portanto, é essencial integrar a ação climática nas políticas de paz e segurança. Como anfitrião da COP30, o Brasil tem uma oportunidade única de liderar os esforços globais no combate ao desmatamento, promovendo a restauração dos ecossistemas através de uma perspectiva de paz e fomentando atividades econômicas sustentáveis e resilientes ao clima que apoiem os meios de subsistência das populações mais marginalizadas.

Ações de proteção climática e preservação como ferramentas de estabilização no Haiti

O Haiti é um caso emblemático de uma nação que batalha para obter financiamento climático na região da ALC, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e subdesenvolvimento. As mudanças climáticas e a degradação ambiental atualmente contribuem para agravar os desafios de segurança enfrentados pelos haitianos. Os perigos induzidos pelo clima no Haiti ameaçam vidas e exacerbam os desafios de governança, minando a resposta eficaz a desastres e a resiliência a longo prazo. A degradação ambiental e as mudanças climáticas impulsionam práticas de adaptação prejudiciais, intensificam a competição por recursos e alimentam a migração interna e externa, enfraquecendo a coesão social e os mecanismos tradicionais de enfrentamento. Essas pressões impactam desproporcionalmente os grupos vulneráveis, especialmente jovens e crianças, expondo-os a riscos elevados de violência e exploração por parte de gangues, que lucram com a gestão dos recursos naturais. A fragilidade institucional e a violência generalizada agravam ainda mais esses desafios, limitando a capacidade do país de implementar estratégias climáticas eficazes.

Como resposta a isso, o Ministério do Meio Ambiente do Haiti, com o apoio do PNUMA, do PNUD e de outros, está trabalhando para integrar a segurança climática no país. Isso inclui proteger as florestas remanescentes do Haiti: o ponto de partida de muitos rios, desempenhando um papel importante no reabastecimento dos aquíferos. A adelphi conduziu um extenso processo de consulta abrangente com atores da sociedade do Haiti para elaborar uma [análise conjunta e um plano de advocacia que trata da intersecção entre Clima, Paz e Segurança \(CPS\)](#). O estudo enfatiza a colocação da segurança climática e da restauração ambiental no centro das decisões econômicas, políticas e sociais, ao mesmo tempo em que capacita as comunidades locais a liderar as respostas às crises. Reconstruir a relação entre os haitianos e o seu ambiente natural é uma estratégia vital para enfrentar a insegurança, com um apelo por financiamento aumentado e direcionado para enfrentar esses desafios interligados.

Reconhecendo o papel das mulheres no cuidado com a natureza e das pessoas

A inclusão de mulheres e comunidades tradicionais nos processos de tomada de decisão ainda é um desafio na região, tanto nos campos da conservação da biodiversidade quanto na construção da paz. Ao inserir as mulheres nos processos decisórios, suas questões e demandas podem ser evidenciadas. Um exemplo disso é a valorização do papel que muitas mulheres desempenham na responsabilidade de cuidar das comunidades e do meio ambiente, bem como a demanda por mais corresponsabilidade. A relevância de lançar luz sobre estes temas e incorporá-los aos processos decisórios foi uma das conclusões de um projeto da fundação colombiana Mulheres e Futuro ([Fundación Mujer & Futuro](#)). Através de uma parceria com a ONU Mulheres e a Embaixada da Alemanha na Colômbia, a organização busca desafiar os conselhos municipais e comunitários dominados por homens, promovendo agendas feministas que destacam a desigualdade e priorizam o cuidado com a vida, os territórios e a natureza. As mulheres no projeto enfatizam a responsabilidade coletiva pela gestão ambiental e defendem políticas que se concentram no bem-estar e na vida sustentável, em oposição aos modelos de desenvolvimento prejudiciais.

Parceiros de desenvolvimento (financiadores) como motores da conservação da biodiversidade com uma perspectiva de paz

Uma [avaliação do Fundo Global para o Meio Ambiente \(GEF\)](#) revelou que quase metade de seus projetos opera em regiões afetadas por conflitos; no entanto, os projetos de conservação da biodiversidade carecem frequentemente de investimento nas ferramentas necessárias para navegar nesses contextos, o que pode levar ao aumento de tensões, violações dos direitos humanos e o não cumprimento de metas de conservação. As salvaguardas sociais são uma ferramenta importante para prevenir isso, mas podem frequentemente se tornar um desafio para as organizações de conservação, pois elas estão acostumadas a cumprir apenas as metas de conservação, por exemplo, o número de espécies ou a área de floresta preservada. Para fazer da conservação da biodiversidade uma ferramenta para a construção da paz, os investidores têm uma função crucial em assegurar a sensibilidade ao conflito em todos os processos de financiamento. Portanto, as estratégias devem dar prioridade à inclusão, ao envolvimento e ao respeito aos direitos humanos.

Os esforços de conservação devem garantir uma abordagem de “não causar danos” enquanto promovem agendas como a igualdade de gênero e os direitos humanos. Além disso, as agências implementadoras devem fomentar parcerias com organizações de construção da paz e incorporar ativamente atividades de construção da paz para melhorar seu desempenho. Ao focar não apenas nos resultados de conservação, mas também nos métodos e processos utilizados, os financiadores podem ajudar a promover intervenções equitativas, democráticas e pacíficas.

Prioridades da América Latina para a ação em CPS e conservação da biodiversidade

Crimes ambientais e desmatamento

A Bacia Amazônica é um campo de batalha crucial onde a degradação ambiental encontra o crime organizado. O desmatamento ilegal representa mais de [90% da perda de árvores](#) impulsionada por atividades ilícitas como a pecuária extensiva, a grilagem de terras, a mineração de ouro e a exploração madeireira. Isso acelera as mudanças climáticas e desestabiliza as comunidades locais, afetando particularmente as populações indígenas. A violência decorrente das atividades ilegais que essas comunidades e outros defensores ambientais enfrentam é alarmante. Entre 2012 e 2023, a América Latina foi responsável por [dois terços dos 2.106 assassinatos](#) de defensores ambientais em todo o mundo, afetando desproporcionalmente os povos indígenas e as ativistas mulheres.



Vista aérea da região do Pantanal, Brasil. © Jose Sabino/Pixabay

Para combater essa crise, é essencial fortalecer as instituições para enfrentar o crime ambiental e combater a corrupção. Apoiar defensores ambientais, territórios indígenas e implementar estruturas como o Acordo de Escazú, que fortalece os direitos dos cidadãos a um ambiente saudável, são passos vitais. Atualmente, Brasil e Colômbia, sob sua liderança em fóruns climáticos globais (ou seja, COP 30 da UNFCCC e COP 16 da CDB), desempenham papéis fundamentais na aliança entre esforços de combate ao crime e estratégias sustentáveis de redução do desmatamento. Esses atores podem pressionar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) a adotar um enfoque de implementação mais local na bacia amazônica. Por exemplo, incorporar soluções baseadas na natureza e recuperar paisagens da Amazônia pode intensificar a coesão social em regiões devastadas pela criminalidade, proporcionando espaços que estimulem a interação comunitária, o aprimoramento de habilidades e alternativas de renda para integrar membros de gangues à sociedade. Além disso, Brasil e Colômbia devem defender que cooperações de segurança, como as que surgem do recém-criado [Centro de Cooperação Policial Internacional na Amazônia \(CCPI Amazônia\)](#), sejam complementadas por outras abordagens. Embora o compartilhamento de inteligência policial na região para combater crimes ambientais seja uma conquista notável, esse desenvolvimento deve incluir a identificação de toda a cadeia do crime e ser acompanhado de estratégias de longo prazo que abordem os fatores causais que levam os indivíduos a se juntarem a economias ilegais. Além disso, promover opções de subsistência sustentáveis, coordenar com as autoridades civis e organizações locais, e oferecer [apoio contínuo às comunidades afetadas](#) é crucial.

Redução do Risco de Desastres, preparação e resiliência

Na América Latina, o planejamento inadequado e a tomada de decisões excludentes deixam as populações vulneráveis a desastres naturais como furacões, enchentes repentinas e secas. As comunidades indígenas e locais, com seu conhecimento inestimável de soluções baseadas na natureza, são frequentemente excluídas das estratégias de desastres, correndo o risco de resultados ineficazes e perda de biodiversidade.

A Redução do Risco de Desastres eficaz necessita de consultas inclusivas e respostas adaptáveis ao contexto, ajustadas às várias necessidades territoriais. A região requer estratégias diferenciadas para abordar seus variados cenários socioecológicos. Estratégias que levam em conta as dinâmicas de insegurança humana, algumas exacerbadas por conflitos armados, em contextos como o Haiti e a Colômbia. Diferentes exemplos

que integram biodiversidade e ação climática oferecem centelhas de esperança. Por exemplo, soluções baseadas na natureza, como a restauração de manguezais, diminuem as consequências climáticas, tais como a desertificação, e reforçam os ecossistemas sociais e territoriais. Contudo, o financiamento ainda é limitado, especialmente para as comunidades mais vulneráveis e marginalizadas.

Um fator crítico para construir resiliência é garantir mecanismos robustos de governança da água. [A insegurança hídrica na América Latina e no Caribe é uma fonte crescente de tensão](#), especialmente em sub-regiões e áreas de fronteira, exacerbada por pressões climáticas como a variabilidade das chuvas e o derretimento das geleiras. A Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) tem sido promovida para enfrentar esses desafios, fomentando soluções técnicas e cooperação entre múltiplos atores, mas com resultados mistos: enquanto algumas regiões têm visto benefícios econômicos, outras enfrentam desigualdades e conflitos. Iniciativas recentes, como os Fundos de Água e os Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos, destacam o envolvimento da comunidade e a recuperação ecológica, aprimorando as habilidades locais para uma gestão sustentável da água.

É necessária uma mudança de paradigma para integrar vozes locais, abordagens holísticas no nexo entre as áreas humanitária, de desenvolvimento e de paz, bem como mecanismos de financiamento específicos. Capacitar os atores locais com renda universal ou apoio à subsistência pode permitir a resiliência, enquanto os parceiros de desenvolvimento devem adotar estruturas flexíveis para investir e enfrentar desafios em contextos frágeis e afetados por conflitos.

O potencial da paz na conservação

A biodiversidade incomparável da América Latina possui um imenso potencial para a construção da paz através da conservação. O papel crítico da Amazônia como sumidouro de carbono e reguladora dos padrões climáticos destaca sua importância global. No entanto, as comunidades indígenas, afrodescendentes e de agricultores, frequentemente guardiãs dessas terras, enfrentam a invasão e a fraca implementação das leis ambientais.

Ao contrário das estratégias de preservação exclusivamente militares, a [conservação inclusiva](#), que permite às comunidades locais a realização de atividades ecológicas, como soluções ecológicas e ecoturismo, proporciona um ambiente propício para o diálogo em regiões propensas a conflitos, convertendo a preservação da biodiversidade em um instrumento de paz. Iniciativas pioneiras de conservação, como o [plantio de cacau em zonas de amortecimento](#), ilustram como a conservação da biodiversidade pode estar alinhada à mitigação climática por meio do sequestro de carbono, crescimento econômico e resolução de conflitos. Essas ações estabelecem confiança e coesão social ao mesmo tempo que fomentam formas de sobrevivência sustentáveis, envolvendo as comunidades locais na tomada de decisões e nos acordos de preservação.

As práticas sustentáveis devem priorizar a inclusão e a transparência para garantir impactos duradouros tanto nos ecossistemas quanto nas comunidades. Além disso, a [restauração paisagística](#) pode desempenhar um papel crucial nas estratégias de longo prazo pós-conflito para desempenhar um papel fundamental em las estrategias postconflicto a largo plazo para reincorporar a antiguos combatientes y criminales, fomentando comunidades de práctica que integren a las víctimas del crimen y la violencia, restaurando así tanto los ecosistemas como el tejido social.

Transição econômica pacífica e inclusiva

A América Latina é [uma das regiões mais desiguais do mundo](#). A transição para uma economia de baixo carbono apresenta uma oportunidade única para reduzir a desigualdade. Contudo, essa alteração precisa incluir a equidade para prevenir o agravamento das desigualdades já existentes. As mulheres, fundamentais para as economias rurais, estão sub-representadas na [propriedade de terras](#) (menos de 30%) e no [acesso ao crédito](#) (14-13%), evidenciando as disparidades de gênero estruturais.

Incorporar a paz e a sensibilidade ao conflito nos planos de transição econômica, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), é crucial. Os [11 componentes de uma transição justa](#) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) oferecem uma estrutura para assegurar a gestão equitativa dos recursos. Os recursos naturais estão no centro desses desafios. No entanto, à medida que a [demanda por](#)

[minerais essenciais aumenta na transição verde](#), as tensões históricas sobre terras, água e florestas podem piorar. Além disso, a corrupção e a apropriação pelas elites correm o risco de alienar as comunidades marginalizadas dos projetos de energia renovável em larga escala, fomentando o caos social.

Olhando para o futuro, a transição para a energia renovável oferece [oportunidades e co-benefícios](#) na região da ALC, particularmente para comunidades vulneráveis e fora da rede, se forem fornecidos com acesso confiável à energia que possibilite atividades produtivas e o desenvolvimento de meios de subsistência. Além de mitigar as mudanças climáticas, isso pode impulsionar uma resiliência mais ampla por meio da criação de empregos e projetos liderados pela comunidade de energia que promovem o investimento coletivo e a partilha de riscos com o setor privado. Fortalecer o engajamento comunitário e garantir uma tomada de decisão inclusiva e transparente é essencial para maximizar esses benefícios. Coordenar [comunidades energéticas](#) com iniciativas de restauração paisagística pode ajudar ainda mais no desenvolvimento de economias inclusivas, proporcionando meios de subsistência sustentáveis e integrando ex-criminosos em papéis pacíficos e produtivos.

Migração e segurança climática nas cidades

A [migração induzida pelo clima](#) está remodelando os centros urbanos na América Latina e no Caribe, intensificando os desafios socioeconômicos existentes. Os migrantes frequentemente se estabelecem em áreas marcadas por alta criminalidade, infraestrutura inadequada e exposição a riscos climáticos, criando pontos críticos de fragilidade. O crime organizado explora essas vulnerabilidades, alimentando o tráfico de pessoas e a extorsão.

Essa abordagem requer sistemas de alerta precoce para múltiplos riscos para migração planejada, integrando considerações de mobilidade nas estratégias de adaptação climática e melhorando a prestação de serviços nos centros urbanos. [Incentivar meios de sobrevivência resistentes em comunidades vulneráveis](#), seja em zonas rurais ou urbanas, pode diminuir os fatores que estimulam a migração.

Incorporar programas de adaptação sensíveis ao gênero e ações antecipatórias para prevenir a violência, particularmente a violência de gênero, é essencial. Uma abordagem holística que combine intervenções climáticas, migratórias e de segurança pode transformar a migração de uma fonte de instabilidade em uma oportunidade para o desenvolvimento urbano inclusivo. Investir em empregos sustentáveis para jovens e mulheres em regiões vulneráveis, ao mesmo tempo que se amplia o entendimento sobre as vantagens da mobilidade humana, pode impulsionar a integração social. Além disso, [soluções baseadas na natureza](#) podem servir como pontos de entrada para melhorar a coesão social em bairros problemáticos afetados pela criminalidade e marginalização, oferecendo espaços para o engajamento comunitário e o desenvolvimento ecoempreendedor.

Próximos passos

Para continuar harmonizando a biodiversidade e a ação climática através de uma perspectiva de paz, é essencial **aumentar a conscientização sobre os vínculos entre a segurança climática, a paz e a conservação da biodiversidade**. A região da ALC, com sua extensa biodiversidade e desafios variados de segurança climática, é um exemplo claro de como essas agendas estão interligadas. A 16a Conferência das Partes da CDB ressalta a participação ativa da região nesses assuntos e sua liderança na integração dessas agendas. Um dos principais resultados da COP 16 da CDB inclui o estabelecimento de um [órgão consultivo permanente para comunidades indígenas e locais](#), reconhecendo seu papel fundamental como guardiões da biodiversidade. Além disso, comunidades afrodescendentes foram formalmente reconhecidas por suas contribuições à gestão de recursos naturais. Ao imaginar o futuro, essas organizações necessitam de financiamento básico adequado e poder de decisão eficaz para colocar em prática medidas de biodiversidade e clima que promovam a paz em seus territórios, compreendendo que seus esforços resultam em vantagens globais para todos.

É importante **garantir que as vozes e prioridades de ação da ALC sejam melhor representadas nos fóruns de Clima, Paz e Segurança** para chamar a atenção para as dinâmicas, desafios e oportunidades únicas da região no cenário global. Tal representação pode não apenas promover uma compreensão mais profunda do contexto da região, mas também atrair o tão necessário apoio financeiro para iniciativas que operam na interseção da conservação da biodiversidade e da segurança climática.

Além disso, **as vozes e prioridades de ação da ALC devem ser destacadas nas discussões relevantes para clima, biodiversidade e segurança.** Uma oportunidade chave para isso é a COP 30, que será realizada na cidade brasileira de Belém. Para envolver efetivamente o Brasil nesse tema, será crucial focar na interseção com agendas que já são prioridades nacionais, como o combate aos crimes ambientais, o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

As abordagens governamentais vigentes na Colômbia e no Brasil oferecem uma chance única de complementar suas estratégias em biodiversidade e ação climática, estabelecendo-se como catalisadoras regionais de transformação na região da ALC.

No entanto, **a região da ALC deve estabelecer estruturas institucionais robustas que promovam a integração da biodiversidade e da segurança climática como uma estratégia de longo prazo,** além das agendas políticas atuais. Essa mudança não só promove a resiliência ambiental a longo prazo, mas também cria caminhos para superar os modelos econômicos extrativistas, mostrando o potencial de um paradigma de desenvolvimento próspero, inclusivo e baseado na natureza em toda a América Latina. Essa estratégia pode ser implementada fortalecendo parcerias com organizações que já trabalham na região em questões relacionadas à segurança climática, como a OTCA, para promover implementações.

Progredir em estratégias financeiras inovadoras que incentivem a biodiversidade positiva em prol da paz e da resiliência climática. A criação do [Fundo Cali](#), um modelo para partilhar os benefícios provenientes das Informações de Sequência Digital (DSI) da biodiversidade, foi um evento significativo na COP 16 da CDB. Esta ação representa um avanço significativo na justiça ambiental e nos benefícios de paz, incorporando a equidade na gestão global da biodiversidade. O modelo também estabelece um precedente para envolver mecanismos baseados no mercado e o setor privado no financiamento da biodiversidade e do clima, complementando iniciativas como a [Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica \(BIP\)](#). O BIP busca mobilizar \$ 10,8 bilhões em investimentos internacionais para impulsionar os planos de transição climática do Brasil, enfatizando a necessidade de redefinir os modelos de desenvolvimento. Alinhar esses esforços com a [Meta de Financiamento de Baku](#), que visa a mobilização de pelo menos \$ 300 bilhões anuais para países em desenvolvimento deve ser uma prioridade na agenda da COP 30.

Priorizar abordagens sinérgicas e complementares de financiamento para abordar as vulnerabilidades climáticas e ecológicas em regiões afetadas por conflitos deve desempenhar um papel fundamental na COP 30 de Belém. Como grande parte do financiamento climático atual ainda é executado na forma de empréstimos, o que compromete as capacidades de resiliência dos países mais vulneráveis, o financiamento baseado em doações e a compensação por perdas e danos são tarefas pendentes. **Portanto, a região da ALC pode liderar inovando e defendendo mecanismos de financiamento baseados em doações. Ao demonstrar implementações eficazes, a região pode mostrar os cobenefícios de integrar a resiliência climática, a conservação da biodiversidade e a construção da paz. Quando bem feitas, essas implementações também podem contribuir para mitigar riscos em cascata para comunidades internacionais em regiões mais estáveis.**



WEATHERING RISK

